

Extensão Universitária e a luta pela Reforma Agrária Popular: experiência de assessoria aos coletivos de comercialização de assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Diante de um cenário de precarização das condições de vida e trabalho, apoio estatal ao agronegócio e desestruturação das políticas institucionais de compra de alimentos, agravado pela pandemia, diversos modelos que buscam reconfigurar a relação campo-cidade têm sido experimentados pelo Brasil. Assim, é papel também da universidade contribuir, em uma interação dialógica com os movimentos sociais, com a formulação coletiva de estratégias que busquem a consolidação dessas iniciativas. Nessa perspectiva, o artigo apresenta o projeto de extensão Campo-Cidade: fortalecendo coletivos da reforma agrária, e analisa sua atuação nos anos de 2021 e 2022, buscando compreender suas contribuições a partir de uma estratégia de Núcleos de Consumidores e seus desdobramentos, como a organização de um evento periódico de cinema e a estratégia de comercialização em feiras, a fim de promover a territorialização do MST na cidade do Rio de Janeiro e contribuir para uma formação qualificada dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Grupo de Consumidores. Produtos da Reforma Agrária. MST. Universidade.

Layssa Ramos Maia de Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Alexandre Trennephol
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Andrey Seraphim Guilherme
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Ricardo Nazareth Muniz
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vanessa Sartori Rodi
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Felipe Addor
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

**Luís Guilherme Quintanilha
Jacintho**
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Luana Trufino
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Laura Leticia Borges
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Felipe Jaña Laucas de Campos
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Ana Paula dos Santos Guerra
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A história da questão agrária brasileira é centralmente marcada por processos de expropriação das terras e dos saberes, de escravização dos povos e de favorecimento de uma economia de base extrativista, monocultora e latifundiária, voltada, principalmente, para o mercado externo. Entretanto, nessa linha do tempo, é também reconhecida a força de resistência e de oposição, identificada pelas várias revoltas e disputas que se alastraram em todos os cantos do país contra o modelo hegemônico instaurado, construindo e resgatando territórios de resistência e de liberdade, além de modos de vida e de trabalho na terra pautados em valores mais coletivos e ecológicos.

A Revolução Verde, movimento ocorrido a partir da década de 50 nos países considerados subdesenvolvidos, pode ser considerado um forte pilar de construção dessa história, uma vez que instituiu determinadas práticas de cultivo e um modelo tecnológico que abriram portas para a dependência e alienação do trabalho das famílias agricultoras, o êxodo rural, o aumento da concentração fundiária e a consolidação do agronegócio, que são características que vigoram no campo brasileiro e de outros países latino-americanos até os dias atuais.

Nessa conjuntura, cada vez mais tem se destacado a importância da agricultura familiar no combate à fome e na garantia da segurança e soberania alimentar. Ao longo das últimas décadas, tem sido comum encontrar esforços dos agricultores familiares no sentido do trabalho cooperado na produção e comercialização dos alimentos no país, buscando fortalecer iniciativas de aproximação com os consumidores. A motivação para construção dessas alternativas pode ser explicada por um conjunto de fatores que têm conformado a realidade desses trabalhadores no campo, em especial dos agricultores assentados da reforma agrária.

Entre esses fatores, podemos citar: i) precarização das condições de vida e trabalho pelos entraves ao acesso às políticas públicas de moradia, saúde e educação; ii) dificuldades estruturais na organização da produção e comercialização, que vão desde a dificuldade de acesso ao crédito para compra de materiais até a localização dos assentamentos que dificultam a chegada dos produtos nos mercados tradicionais; iii) pouco apoio governamental a esse setor, em oposição o grande subsídio ao agronegócio; e, por fim, iv) desestruturação, nos últimos anos, das políticas institucionais de compra de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As estratégias desenvolvidas a partir do reconhecimento desse cenário visam garantir uma maior autonomia, segurança financeira e condições dignas de trabalho para os produtores, além de uma alimentação de qualidade a preços acessíveis para os consumidores, mas também estão alinhadas com uma pauta mais abrangente, que é a de construção de sistemas agroalimentares alternativos, ou seja, sistemas mais ecológicos, econômicos e autônomos do que o que conhecemos atualmente, em que os alimentos percorrem longas distâncias até chegar ao seu destino final (LAMINE, 2005). Assim, a reflexão central desse debate passa pela defesa da realocação do abastecimento alimentar, principalmente por meio dos circuitos curtos de comercialização (CCC).

Os CCC são considerados um canal de comercialização de vínculo local/regional, que preconiza a comercialização dos produtos alimentares por meio da venda direta entre produtor e consumidor ou com apenas a presença de um intermediário (MALUF, 2004), valorizando a proximidade geográfica com os locais de produção dos alimentos, o respeito à sazonalidade das culturas alimentares e o reconhecimento social dos agricultores familiares no trabalho de abastecimento das famílias brasileiras (RETIÉRE, 2014). Entre os possíveis formatos de organização que os CCC podem assumir, temos: o modelo da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), grupos de consumo consciente e as cooperativas. Podem se materializar também em canais de comercialização, como feiras, pontos, vendas em domicílio e mercados institucionais (MALUF, 2004).

Tem sido possível acompanhar a experimentação de vários desses modelos ao redor do país, buscando reconfigurar a relação entre campo e cidade, principalmente nos últimos anos, em decorrência da pandemia e todos os seus efeitos. Durante o período de 2020 e 2021 de forma mais intensa, mas ainda apresentando uma série de impactos negativos no cotidiano da sociedade, a pandemia escancarou a grave situação das desigualdades sociais no país, em particular no âmbito alimentar. Segundo dados da pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, entre novembro/2021 e abril/2022, 58,7% das famílias brasileiras experimentaram níveis de insegurança alimentar nesse período (até 2021, na edição anterior da pesquisa, esse número era de 55,2%), o que explicita a vulnerabilidade ao acesso à alimentação no país (PENSSAN, 2022).

Apesar de todas as dificuldades, vimos aumentar ainda mais as iniciativas dos movimentos sociais do campo na organização da cooperação do trabalho para manter as atividades de produção e evitar o desabastecimento alimentar nas cidades do país. Cresceram tanto as ações que visavam viabilizar a chegada dos alimentos até a casa das pessoas, ampliando formatos de delivery, quanto também as ações de solidariedade, por meio da doação de cestas de alimentos ou de refeições, nas regiões periféricas das cidades, reforçando o papel central da agricultura familiar e da reforma agrária para garantia da soberania alimentar no país.

Entre os movimentos sociais envolvidos nessas ações, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que realizou, entre o início da pandemia e janeiro de 2022, quando foi realizado o levantamento, a doação de mais de 6 mil toneladas de alimentos, além de cerca de 1.150.000 marmitas (FURTADO, 2022). No Rio de Janeiro, acampamentos e assentamentos das três regiões de atuação do movimento no estado (norte, sul e lagos), além do Armazém do Campo (AdC), espaço de comercialização na região metropolitana, se mobilizaram para organizar ações de doação nos mais diferentes bairros e, principalmente, em favelas, favorecendo uma conexão campo-favela, o que reforça o compromisso de atendimento de regiões mais periféricas com esse trabalho.

Desde o seu surgimento na década de 80, o MST busca construir a Reforma Agrária Popular, tendo conseguido o assentamento de mais de 450 mil famílias em todo o país e organizado cerca de 160 cooperativas, 1900 associações e 120 agroindústrias de pequeno e médio porte (MST, 2022). Nos últimos anos, o movimento vem priorizando também territorializar a luta do campo nos territórios urbanos, com o intuito de fortalecer o elo entre o campo e a cidade, enfatizando a

extrema importância da união dos trabalhadores rurais e urbanos para melhores condições de vida em ambos os espaços. A luta da terra é feita no campo, mas é vencida na cidade, onde se concentram os poderes políticos e econômicos de decisão (OLIVEIRA, 1991).

Dessa forma, o AdC tem se constituído como uma estratégia para alcançar esse objetivo enquanto loja de comercialização de produtos in natura e industrializados, produzidos pelos integrantes do movimento em seus assentamentos e acampamentos. Sua proposta é ampliar o acesso aos produtos da reforma agrária (diminuindo os atravessadores entre o território de produção e o consumidor final), se consolidar enquanto um espaço político e cultural e fortalecer a união campo-cidade, enfatizando que a luta pela reforma agrária é uma luta de todos/as e para todos/as.

É nesse contexto em que se dá a atuação do projeto Campo-Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária (CaCi), vinculado ao Núcleo de Solidariedade Técnico (Soltec/UFRJ). Desde 2014, em articulação com o MST, o CaCi tem buscado, por meio de uma prática extensionista de caráter popular, estabelecer uma relação dialógica entre pesquisadores e trabalhadores que seja capaz de viabilizar a construção do conhecimento a partir de demandas sociais e a troca entre os conhecimentos científico e popular.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores das Instituições de Ensino Superior (FORPROEX), a extensão universitária é um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 42) a partir de diretrizes como a dialogicidade, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Embora seja notório que a extensão não tem ocupado, ao longo da história, o mesmo lugar de protagonismo do ensino e da pesquisa, demais pilares do tripé acadêmico, essa tem sido uma das principais preocupações de diversos núcleos, projetos e programas engajados em universidades espalhadas por todo país. O compromisso para que essa atuação extensionista esteja cada vez mais vinculada às demandas populares e à formação ampla, diversa e qualificada dos estudantes também tem sido central na luta desses grupos.

Nesse sentido, buscamos, neste artigo, refletir sobre a trajetória de um projeto de extensão que figura nesse campo de luta, refletindo sobre as potencialidades e os limites de sua atuação junto a um movimento social campestre. Inicialmente, apresentamos as primeiras atividades desenvolvidas e o caminho realizado até o momento atual. Em seguida, são identificados os princípios metodológicos, a composição da equipe de extensionistas e o modo de atuação. Posteriormente, é descrita de forma detalhada a trajetória das ações de assistência aos espaços de comercialização, relatando o caso do Núcleo de consumidores e os desdobramentos das principais frentes do projeto em parceria com o MST. Por fim, descrevemos os desafios enfrentados na realização dessas ações, refletindo sobre nosso papel enquanto projeto de extensão que atua junto de um movimento social relevante como o MST, a formação dos estudantes envolvidos e a luta por construir uma nova forma de relação campo-cidade.

O PROJETO DE EXTENSÃO CAMPO-CIDADE

O CaCi é um projeto de extensão do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), e tem como objetivo assessorar a produção e comercialização de coletivos organizados nos assentamentos rurais, mas também em espaços de comercialização estruturados pelo MST no estado do Rio de Janeiro. Os fios dessa parceria entre o MST/RJ e o Soltec/UFRJ começam a ser costurados em 2014 e, ao longo desses últimos anos, já foram realizados dois cursos de extensão, registrados na UFRJ, além da assessoria a dois espaços de comercialização do movimento na capital e da atuação direta com os coletivos de trabalho organizados nos acampamentos e assentamentos do estado.

Com relação aos cursos de extensão realizados, o primeiro foi em 2015, denominado “Gestão de Cooperativa da Agricultura Familiar” voltado para os agricultores do assentamento Terra Prometida, em Duque de Caxias; enquanto o segundo, ocorrido entre 2016 e 2017, foi intitulado “Gestão e Cooperação Agroecológica”, e atendeu a mais de 30 agricultores dos diversos assentamentos do estado do Rio de Janeiro. A partir de 2018, após um diálogo estratégico com o MST, passamos a atuar mais diretamente junto aos coletivos de trabalho em seu cotidiano, passando a assessorar o Espaço de Comercialização Terra Crioula (ECTC), entre 2018 e 2019, e o Armazém do Campo/RJ, de 2021 até o presente momento. Em paralelo, desde 2019, atuamos diretamente nos assentamentos e acampamentos, buscando contribuir com a elaboração de ferramentas de gestão e com a formação das famílias agricultoras em suas demandas de produção e comercialização.

Composição e metodologia de atuação do projeto

Atualmente, o projeto é formado por alunos da graduação de diversas áreas, tais como engenharia ambiental e de materiais, arquitetura, gastronomia, relações internacionais e psicologia, além de estudantes de mestrado e doutorado e professores. Essa composição oferece ao grupo a oportunidade de interagir com diferentes áreas do conhecimento, além de pensar e refletir as temáticas abordadas por meio de lentes acadêmicas diferentes. Todos os estudantes de graduação são vinculados ao projeto via Requisito Curricular Suplementar (RCS), instrumento que permite a atribuição da carga horária de extensão ao seu currículo, após seu período de participação no projeto¹.

A atuação extensionista começa na preparação e formação interna. A partir de artigos, livros, documentários e filmes a respeito dos temas centrais de nosso projeto, discutimos coletivamente questões teóricas e práticas que nos ajudam a refletir os principais desafios de nossa atuação no campo, além de lançarem luz sobre a (in)compatibilidade dos conhecimentos acadêmicos diante das demandas colocadas pelos movimentos populares. A possibilidade de promover esses encontros dentro do Centro de Tecnologia da UFRJ, que é um espaço, via de regra, distante da formulação e discussão de questões sociais e políticas do país, também tem sido compreendida como uma importante conquista do projeto.

Apesar de buscarmos realizar um processo formativo logo no momento de entrada de novos extensionistas, o que ocorre geralmente no início e no meio do ano, acreditamos que a formação segue acontecendo durante os encontros mais operativos de execução do projeto também. Nossas reuniões, organizadas por

pautas que seguem a linha das tarefas que estão sendo desenvolvidas em cada momento, acontecem semanalmente, com duração média de 2 horas.

É importante ressaltar que o CaCi também é consequência do amadurecimento das ações extensionistas do Soltec, que buscou, ao longo dos últimos anos, consolidar parcerias com movimentos sociais, tanto por geralmente disporem de uma organização política mais estabelecida que pudesse dar sustentação à continuidade das ações, quanto pela importância de fortalecer a relação destes com a universidade.

Uma crítica bastante comum dos grupos de pesquisa e projetos que tentam construir pontes entre universidade e grupos populares remete à inadequação dos conhecimentos técnicos produzidos dentro da universidade quando aplicados às realidades de empreendimentos coletivos e autogestionários. Isso ocorre, no geral, pela forma hierarquizada e centralizada de produção do conhecimento, que exclui outras perspectivas, vivências e locais de saber, e pelo direcionamento desse conhecimento produzido, que tende a focar nos grandes empreendimentos e organizações e desconsiderar realidades de trabalho diferentes das praticadas nesses espaços, deixando de produzir, assim, conhecimentos adequados para dinâmica de trabalho de menor porte, com princípios coletivos de organização e com demandas distintas das apresentadas pelas demais.

Nesse sentido, o projeto CaCi, em seu trabalho junto ao MST, tem buscado uma atuação extensionista capaz de criar rupturas nesse padrão de funcionamento da universidade e da relação desta com os movimentos sociais. Os princípios metodológicos que têm nos orientado nessa trajetória são baseados nos conceitos e práticas da educação popular de Paulo Freire, da Tecnologia Social (ADDOR, 2020) e da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 1986).

As contribuições dadas por essas perspectivas estimulam o desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão que utilizam métodos participativos, onde todos os atores envolvidos assumem a posição de coparticipação de sujeitos-interlocutores na práxis, em que os saberes, seja o popular ou o acadêmico, se encontram na construção de soluções capazes de transformar a realidade social. Propõe-se, assim, a democratização dos processos de desenvolvimento de todas as ações do projeto, de modo que todos estejam envolvidos e dando contribuições para o seu andamento, nas etapas de concepção, execução, monitoramento e avaliação, contribuindo para a construção de uma visão crítica da tecnologia, e das técnicas empregadas, enquanto conhecimentos condicionados histórico-socialmente.

Embora este seja um processo complexo de se concretizar, temos compreendido que é o melhor caminho a ser seguido. Apesar da relação entre universidade e movimento social carregar uma série de símbolos construídos historicamente, que tendem a colocar a universidade em um local de superioridade do conhecimento, de transferência de saberes e também de não envolvimento e devolução dos resultados dos trabalhos realizados, temos lutado para construir uma relação orgânica, de dialogicidade, respeito e confiança com as militantes do movimento com os quais desenvolvemos nossas ações.

A assessoria ao Armazém do Campo

O CaCi iniciou seu processo de assessoria a espaços de comercialização em 2018, com o ECTC. Esse espaço era organizado pelo MST/RJ, na região central da cidade, e tinha o objetivo de ampliar o debate sobre a reforma agrária popular com a população, por meio de três estratégias principais: a entrega das Cestas da Reforma Agrária; a realização da Culinária da Terra, que era a produção de almoços com produtos vindos dos assentamentos e acampamentos; e, por fim, a realização de eventos culturais, como lançamentos de livros, festas e debates e reuniões de coletivos. Essa atuação contribuiu para a consolidação do espaço, principalmente na organização da logística das Cestas da Reforma Agrária, e se estendeu até o início de 2020, quando o MST/RJ decidiu pela estratégia de territorialização do Terra Crioula e a concentração das ações na capital no Armazém do Campo.

A territorialização do ECTC consistia na criação e consolidação de outros espaços físicos de comercialização de cestas nas regiões do interior do estado, onde estão localizados os assentamentos e acampamentos, fortalecendo os vínculos locais/regionais e o contato entre produtores e consumidores. Além disso, essa escolha foi feita também pela sobreposição de ações entre o ECTC e o AdC, que havia se instalado em um local bem próximo. Nesse sentido, o movimento entendeu ser mais interessante reduzir a permanência no Rio de Janeiro para apenas um local, dando prioridade para a consolidação do Armazém do Campo.

Nossa atuação no AdC teve início ainda em período pandêmico, no ano de 2021, com o objetivo de apoiar a comercialização dos alimentos produzidos no interior estado do Rio de Janeiro, mas também, como parte de uma estratégia nacional do MST através dos Armazéns, na venda de produtos de cooperativas ligadas ao movimento de todo o país.

Como primeira ação, foi realizada uma pesquisa de mercado via whatsapp, com foco na cidade de Niterói, para compreender melhor o cenário de comercialização de produtos orgânicos e compreender a diminuição de pedidos de compras realizadas pelos moradores daquela região. primeiro semestre de 2021. Por meio desse processo, foi possível perceber que a grande maioria dos consumidores escolhiam comprar no AdC para fortalecer o MST e para consumir alimentos orgânicos que não prejudiquem a saúde. A queda nas vendas foi atribuída pelos consumidores da cidade de Niterói a diversos problemas, tanto operacionais, como dificuldades com o sistema de compras, entregas com itens diferentes do pedido, e ausência de retorno para resolver essas questões, quanto conjunturais, destacando-se a crise econômica pela qual o Brasil passava, comprometendo o poder aquisitivo da população.

Além disso, a reabertura do comércio, o aumento dos índices de vacinação e o arrefecimento da pandemia em alguns períodos fez com que as pessoas voltassem a ter outras fontes de orgânicos mais próximas de casa e com preços parecidos ou até menores. A baixa variedade de alimentos ofertados, o alto custo do frete e a troca de alimentos em seus pedidos também foram elementos determinantes citados pelos consumidores.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa e de discussões realizadas com o conjunto das equipes do Armazém, focamos em discutir maneiras de dar encaminhamento aos problemas mapeados na cidade de Niterói, através de formações internas do CaCi, reuniões com os trabalhadores da loja para entender melhor a sua dinâmica de funcionamento, participando de eventos de outros projetos com experiências com grupos de consumo responsável, como foi o caso

do webinar do projeto de Células de Consumidores Responsáveis (CEPAGRO) da UFSC, e também resgatando materiais de iniciativas similares de outra frente da UFRJ com o MST, como a Frente de Associados da Reforma Agrária.

Embora a iniciativa da Frente de Associados tivesse uma outra abordagem, mais focada no fortalecimento dos assentamentos e suas iniciativas de produção e comercialização, foi bastante útil como insumo para refletirmos sobre as diferentes experiências de organizações de grupos e núcleos de consumidores, como é o caso da Rede Ecológica, do Projeto CASA, do CSA Ora pró-Nobis, assim como algumas experiências do sul do país, como as Comunidades Agroecológicas e o Centro de Formação Tataendy Rupa. Da mesma forma, a participação no webinar contribuiu bastante para pensar em como outros grupos têm se articulado para fortalecer a relação campo-cidade.

A partir desses estudos, a conclusão central que chegamos foi de que o núcleo de consumidores deveria ser inserido na dinâmica de funcionamento atual do AdC, ou seja, era importante que não se criassem novas demandas ou estruturas com as quais nossa equipe não teria condições de arcar, e que poderiam sobrecarregar ainda mais a equipe interna do Armazém. Nesse sentido, compreendemos que o núcleo deveria ser parte da política de fortalecimento da comunicação da loja, facilitando o contato entre esses consumidores, o AdC e os produtores, ajudando a pensar a comercialização, dando feedbacks sobre as entregas, contribuindo com campanhas, ajudando a mobilizar pessoas e colaborando em ações para o fortalecimento do espaço e da reforma agrária popular. Imaginamos que, assim, ao aproximar o Armazém física e virtualmente de seus consumidores, poderíamos promover um aumento das vendas, mas também impulsionar a capacidade de transmitir as pautas políticas de reforma agrária e alimentação agroecológica do MST, estreitando a relação do movimento com seus apoiadores na cidade.

Na próxima seção, descrevemos o processo de construção do Núcleo de consumidores e seus principais desdobramentos.

A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE CONSUMIDORES E SEUS DESDOBRAMENTOS

A proposta do Núcleo de Consumidores tinha como objetivo central promover um maior engajamento destes nas ações do AdC, principalmente na montagem e entrega das cestas, favorecendo a estratégia de aproximação entre produtores e consumidores e de construção de uma consciência da cidade sobre sua responsabilidade com o trabalho no campo e com o alimento que consome. Assim, para iniciar esse processo, utilizamos da base de contatos do próprio Armazém do Campo para fazer um levantamento de interessados/as em participar da experiência piloto, definindo, a partir do maior número de respostas, os bairros de Laranjeiras e Botafogo como pontos focais. Pela proximidade geográfica, agregamos também os/as consumidores/as dos bairros do Flamengo e Humaitá.

As primeiras reuniões, ainda de forma virtual, trouxeram à tona questões importantes para o futuro da ação, como o nível de engajamento dos consumidores e algumas diferenças entre o que a pesquisa de mercado apontava como os principais problemas dos consumidores e as perspectivas dos consumidores da região escolhida. Como exemplo: a proposta inicial de criação de um ponto fixo de entrega com o duplo objetivo de diminuir o custo do frete – um dos principais apontamentos da pesquisa – e promover o engajamento não foi bem

aceita, tanto pela frequência de consumo desses consumidores dos produtos do AdC, quanto pelo frete não representar um custo expressivo para essa região da cidade.

Além disso, ainda que tenham surgido diferentes ideias de ações coletivas do núcleo para o fortalecimento do AdC e das pautas da reforma agrária e agroecologia, observamos uma dinâmica interessante: o número total de consumidores envolvido foi reduzindo ao longo das reuniões, embora ficassem cada vez mais fortes a participação e o engajamento dos/das que permaneciam. Assim, o grupo foi caminhando para se tornar um espaço de sugestão de ideias dos consumidores para o AdC e para o movimento como um todo, sendo a participação dos integrantes do projeto uma força central de apoio para a elaboração e o impulsionamento dessas ideias.

É nesse momento que surgem os dois principais desdobramentos dos debates no âmbito do núcleo de consumidores: o Cine Armazém e a participação do AdC em feiras. O Cine Armazém tem o propósito de se constituir enquanto um espaço de exibição cultural do MST, onde as pessoas possam conhecer a extensa produção de filmes inspirada pelas ações do movimento ao longo dos anos, além de debater e interagir com os envolvidos na produção dos documentários (diretores e roteiristas), ampliando o conhecimento sobre os temas referentes ao campo reforma agrária.

Até o presente momento, já foram realizadas oito edições do evento, reunindo em média 30-35 pessoas por edição. Realizado sempre às quintas-feiras, na parte da noite, o cine clube começa com a exibição do filme e segue com um debate em que buscamos a presença de um participante da produção do filme e um representante do movimento. A escolha dos filmes, preparação dos materiais de divulgação e difusão do evento nos canais de comunicação têm sido construídas coletivamente entre os integrantes do projeto e os consumidores envolvidos no núcleo.

Embora haja uma contribuição mais central de algumas nucleadas que tomam as rédeas em decisões importantes, tal como a curadoria dos filmes, a continuidade do projeto também tem dependido centralmente da participação dos extensionistas do projeto em diversas atividades, como a seleção de convidados, a organização interna e a divulgação a partir dos canais do AdC e de outros canais nas redes sociais. Uma das constatações feitas pelos extensionistas nessa atuação foi a dificuldade de manter um público assíduo e menos restrito aos círculos universitários no evento. Assim, foi iniciada a estruturação de um curso de extensão envolvendo o Cine Armazém, que poderá contar com a contribuição de mais pessoas em sua organização, além de ampliar o público do espaço, aproximando, principalmente, alunos de escolas públicas da região, visando levar os debates também para os mais jovens.

Já a participação em feiras surge com o propósito de ser um braço externo do AdC em áreas do município do Rio de Janeiro para pessoas que talvez não conheçam o espaço de comercialização, o MST e seus produtos. A proposta visava fomentar a discussão com os consumidores e ampliar a divulgação dos eventos culturais do AdC, além de fortalecê-lo financeiramente com mais um canal de vendas. Inicialmente, montamos duas bancas: uma em Botafogo, próxima ao metrô, em que eram apenas levadas as cestas de consumidores do bairro (que tinham a vantagem de pegá-las perto de casa sem ter que pagar frete); e a outra

em uma feira no bairro de Laranjeiras, conhecida como Feira da General Glicério, onde, além de levar cestas compradas pelo sistema de comercialização, eram colocados em exposição produtos vindos das cooperativas do movimento em todo o país, além de símbolos do MST, como bandeiras, adesivos e bottons.

A partir da percepção de que esse espaço promovia uma série de conexões com os moradores dos bairros, seja por meio de novos contatos e aproximações, seja pelo aprofundamento de vínculos preexistentes, entendemos que essa deveria ser uma estratégia a ser expandida e começamos a refletir sobre como isso deveria se transformar em uma política do Armazém do Campo. Assim, iniciamos o contato com articuladores de outras feiras em pontos diversos da cidade expandindo nossa atuação para, além de eventos pontuais, quatro pontos fixos da cidade: às quintas-feiras, no Centro de Tecnologia da Cidade Universitária da UFRJ, onde fica localizado o Soltec/UFRJ; às sextas-feiras, na Praça Santos Dumont, na Gávea; aos sábados, na General Glicério em Laranjeiras; e aos domingos, na feira da Glória.

As feiras têm contribuído significativamente com a receita mensal do Armazém, tendo aumentado cerca de R\$18.000,00 seu faturamento, de acordo com o último levantamento realizado pelo projeto, no período de julho a setembro de 2022. Consideramos, assim, que essa frente tem representado uma contribuição financeira que atende às expectativas do AdC, além de também demonstrar uma papel importante na ampliação do diálogo com diferentes consumidores, abrindo portas para uma série de possibilidades diferentes para o Armazém: articulações com pessoas que se oferecem para contribuir com outras demandas a partir de suas áreas de atuação profissional; pessoas que vão às feiras aos sábados e, em seguida, seguem para participar das atividades culturais que ocorrem no espaço físico do Armazém por conta das divulgações que acontecem nas feiras; além da discussão sobre as pautas da Reforma Agrária Popular que ganha novos grupos e pessoas interessados em conhecer e contribuir das mais diversas formas.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

Pela descrição do processo de estruturação do núcleo de consumidores do Armazém do Campo, assim como das atividades formuladas a partir de sua constituição, é possível perceber que a experiência que estamos construindo é um pouco diferente das que temos acompanhado ao redor do país com objetivos similares. A primeira grande diferença talvez seja a de que esse grupo de consumidores teve sua criação proposta e estimulada pelo Armazém do Campo, representado por sua equipe de trabalhadores e pelos integrantes do projeto CaCi, e não por uma demanda espontânea dos próprios consumidores. Percebemos que esse elemento pode explicar uma diferença no tipo de engajamento que os consumidores estavam dispostos a realizar, já que sua perspectiva era mais de apoio ao AdC e ao MST por meio de ideias e sugestões de melhorias para atividades já realizadas, sem um comprometimento mais ativo e sistemático em ações diretas.

Além disso, um outro elemento é que esses grupos normalmente ficam responsáveis por organizar a logística de cestas de um núcleo, com entregas realizadas de forma semanal, quinzenal ou mensal, assumindo as tarefas de gestão

da oferta de pedidos, montagem das cestas, transporte e/ou recepção dos alimentos, reduzindo a sobrecarga de tarefas atribuídas normalmente às famílias agricultoras. No nosso caso, esse também não foi o processo que ocorreu, seja pelos tipos de produtos comercializados pelo Armazém do Campo, predominantemente beneficiados e não in natura, seja pelo baixo número de consumidores engajados, o que acabou por tornar central a atuação dos extensionistas tanto na gestão quanto na execução das ações, para garantir a presença do AdC nos territórios escolhidos para as entregas de cestas e realização das feiras.

Vale ressaltar que, aos poucos, isso foi causando uma sobrecarga nos membros do projeto, o que levantou pela primeira vez a discussão sobre o real papel dos extensionistas, tendo em vista o tempo dedicado na execução dessas ações, além da responsabilidade por fazer a gestão das mesmas. A partir dessa reflexão, houve uma separação dessas atividades. Por um lado, o trabalho extensionista passaria a ter como tarefas centrais a gestão das feiras, a sistematização dos dados e o diálogo com os trabalhadores do AdC, de modo a envolvê-los mais nessa etapa e a qualificar essa frente enquanto uma política estratégica do espaço. Por outro lado, os estudantes que quisessem continuar se dedicando ao trabalho diretamente nas bancas das feiras passariam a integrar o sistema de diárias que foi implementado.

Nesse sentido, o núcleo de consumidores do Armazém do Campo tem se constituído menos como uma instância de envolvimento ativo e recorrente daqueles que se dispuseram a contribuir e mais como um espaço de formulação de ideias, sugestões e contribuições pontuais dos envolvidos nas ações. Ainda temos a perspectiva de conseguir que mais consumidores se articulem de maneira mais ativa nas atividades do AdC, principalmente naquelas que começamos a organizar a partir da concepção do núcleo, que são as edições do Cine Armazém e as organizações das feiras, o que permitiria a expansão dos locais de comercialização dos produtos do AdC para todos os locais que são demandados, especialmente aqueles mais distantes das zonas sul e central da cidade, onde estão concentradas atualmente.

É importante reforçar, entretanto, que já conseguimos reconhecer a importância do trabalho articulado por essa parceria entre os integrantes do CaCi, a equipe do Armazém do Campo e os consumidores que se dispuseram a organizar em núcleo, tanto pela contribuição financeira à sustentabilidade do AdC, quanto pela ampliação das articulações e da difusão do debate sobre a reforma agrária popular. A possibilidade de refletir e construir com mais pessoas sobre uma nova lógica de consumo de alimentos, de consciência sobre o trabalho das famílias agricultoras e da necessidade de tecer uma nova relação entre campo e cidade.

Por fim, destacamos ainda o papel da ação extensionista nesse processo, fortalecendo a participação dos estudantes nas atividades junto aos trabalhadores do AdC e contribuindo para reorientação do caráter do ensino e da formação promovidos pela universidade. Os estudantes têm atuado diretamente na organização das edições do Cine Armazém, mantendo o diálogo e a articulação com variados grupos para composição das mesas de debate, e também na organização e gestão das feiras, por meio da produção de dados que permitem que o AdC faça uma reflexão mais estratégica acerca da política das feiras. Essa atuação tem permitido o diálogo de saberes, a adaptação dos conhecimentos acadêmicos às demandas dos movimentos populares e a entrada e a reflexão do debate sobre

esses espaços e atividades de trabalho nos mais diferentes cursos da universidade a partir desses estudantes.

No bojo do importante debate sobre a curricularização da extensão, apesar de compreendermos sua importância como uma forma de ampliar o conhecimento e a atuação da comunidade acadêmica também para esse pilar do tripé universitário, historicamente marginalizado no processo de ensino-aprendizagem acadêmico, buscamos construir ações em que a participação dos estudantes não esteja só atrelada ao ganho das horas, mas orientada para uma contribuição efetiva nos territórios e nas temáticas com os quais se envolvem durante esse percurso. Por outro lado, temos buscado também entender a institucionalização dessa prática em cada curso de graduação, a fim de acompanhar a adaptação dos estudantes aos diversos formatos que têm sido adotados e tornar a participação no projeto uma vivência importante na extensão popular.

Dessa forma, embora o projeto CaCi esteja contribuindo para que o AdC e o MST alcancem melhores resultados financeiros e comunicacionais, não compreendemos suas ações como tentativas de extensão do conhecimento da universidade ao movimento, mas de reflexão e formulação coletivas de estratégias, por meio de uma interação dialógica entre representantes da academia e do movimento social. É inegável que o ambiente acadêmico reúne o conhecimento produzido a partir do método científico ao longo de milhares de anos, mas a relação com o movimento permite uma formação para além da tradicional, mostrando que há uma diversidade de saberes construídos socialmente, como nos apontam as diretrizes da extensão universitária, que permitem pôr em xeque o caráter supostamente neutro das soluções tecnológicas hegemonicamente disponibilizadas. Acreditamos que, assim, conseguimos avançar um passo mais na direção da produção de um conhecimento menos hierarquizado e restrito, capaz de atender a grupos mais diversos, e da construção de uma universidade mais atenta às necessidades dos grupos populares e movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos sistematizar e refletir sobre a experiência de atuação extensionista do Caci, um projeto de extensão vinculado ao Soltec/Nides/UFRJ. A trajetória de atuação junto ao MST, que vem sendo construída desde 2014, tem permitido um aprofundamento da reflexão metodológica sobre o papel da Universidade na sua atuação com os trabalhadores, no caso assentados da reforma agrária, e com os movimentos sociais. Podemos perceber uma maior maturidade da equipe do projeto no sentido de perceber suas responsabilidades, sua capacidade de contribuição e os limites dessa atuação. Acreditamos que temos conseguido dar uma contribuição muito concreta ao Movimento e aos coletivos de produção e comercialização, mas sem interferir no seu protagonismo.

No último período, o projeto estabeleceu, em diálogo com o movimento, e inspirado pelas diversas experiências de CCCs ao redor do país, uma proposta de núcleo de consumidores para o Armazém do Campo. Embora os AdCs não tenham sido construídos a partir das mesmas premissas dos CCCs – tendo um foco maior na comercialização de produtos beneficiados através de cadeias longas de

comercialização – também são preocupações importantes para o movimento a diminuição das distâncias, o fortalecimento do elo produtor-consumidor e a valorização dos territórios, suas tradições e costumes.

Percebemos também que a experiência que estamos construindo com o AdC é um pouco diferente de iniciativas com objetivos similares a partir dos CCCs, uma vez que a criação do núcleo não se deu por uma demanda espontânea dos consumidores, mas foi estimulada pelo AdC e os consumidores envolvidos não assumiram a logística das cestas, tendo o núcleo se constituído mais como um espaço de formulação de ideias, sugestões e contribuições pontuais dos envolvidos na ação.

Destacamos fundamentalmente, nesse processo, a importância da atuação extensionista, garantindo a continuidade das ações, tanto na execução, na montagem das cestas, no transporte até o local das feiras, na comercialização dos produtos, quanto na gestão, contribuindo para formulação e discussão de estratégias para a expansão da iniciativa para outros bairros da cidade. A perspectiva que tem prevalecido é de que essa vivência tem propiciado um espaço riquíssimo de formação dos estudantes da UFRJ, oriundos de diversos cursos, que se deparam cotidianamente com os desafios de uma construção contra-hegemônica concreta, aprendendo a lidar com estudantes de outras áreas, e também com profissionais, trabalhadores, militantes, agricultores que caminham juntos na construção de um outro projeto de sociedade.

Temos a expectativa de que essa experiência possa envolver cada vez mais estudantes e transformar cada vez mais a dinâmica universitária, inserindo no espaço acadêmico a temática da Reforma Agrária Popular e da luta pelos direitos dos trabalhadores, e levando os estudantes para os espaços concretos de transformação, oferecendo-os uma formação mais holística, crítica, cidadã e comprometida com o bem-estar dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil.

Visando a uma apresentação coerente e de alta qualidade da publicação da Revista Tecnologia e Sociedade, solicitamos aos autores que sigam os critérios e características técnicas, as orientações de estilo e formatação de texto apresentadas neste documento. O modo mais simples de fazê-lo é substituir o conteúdo do modelo pelo de seu artigo, cuidando para não adicionar novos estilos, ou redefinir os estilos do modelo.

University Extension and the struggle for Popular Agricultural Reform: advisory experience to commercialization collectives

of agricultural reform settlements in the state of Rio de Janeiro

ABSTRACT

Faced with a scenario of precarious living and working conditions, state support for agribusiness and the disruption of institutional food purchase policies, aggravated by the pandemic, several models that seek to reconfigure the countryside-city relationship have been tried out in Brazil. Thus, it is also the role of the university to contribute, in a dialogic interaction with social movements, with the collective formulation of strategies that seek to consolidate these initiatives. In this perspective, the article presents the Campo-Cidade extension project: strengthening agrarian reform collectives, and analyzes its performance in the years 2021 and 2022, seeking to understand its contributions from a strategy of Consumer Centers and its consequences, such as the organization of a periodical cinema event and the marketing strategy at fairs, in order to promote the territorialization of the MST in the city of Rio de Janeiro and contribute to the qualified formation of students.

KEYWORDS: University Extension. Consumer Group. Products of Agrarian Reform. MST. University.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. Extensão tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. *NAU Social*, 11(21), 395–412, 2020.
<https://doi.org/10.9771/ns.v11i21.38644>.

DAGNINO, R. A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo. In: SANTOS, L. et al. *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: Iapar, 2004.

DE PAULA, L. A. "ÊXODO RURAL SELETIVO: REFLEXÕES SOBRE A MIGRAÇÃO DE JOVENS E MULHERES NOS ESPAÇOS RURAIS", *Retratos de Assentamentos*, p. 9, 2018.

FURTADO, Lays. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. *Brasil de Fato*, janeiro/2022. Disponível em:
<<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>>. Acesso em 10/09/2022.

LAMINE, C. Settling shared uncertainties: local partnerships between producers and consumers. *Sociologia ruralis*, v. 45, n. 4, p. 324-345, 2005.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE* 25 (1). 2004. Disponível em
<<http://https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>>. Acesso em 20/06/2020.

MST. Nossa Produção. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Relatório Final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN). 2022.

RETIÉRE, M. I. H. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

Recebido: 01/02/2023

Aprovado: 06/98/2023

DOI: 10.3895/rts.v19n58.16372

Como citar:

DE ALMEIDA, L. R. M.; TRENNEPHOL, A.; GUILHERME, A. S. *et al.* Extensão universitária e a luta pela Reforma Agrária Popular: experiência de assessoria aos coletivos de comercialização de assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. **Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 58, p. 290-305, out./dez., 2023. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/16372>

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

